



*[Handwritten signatures in blue ink]*

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.**-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, **Primeiro Secretário** José Manuel Gonçalves Domingues e **Segundo Secretário**, Maria de Fátima Pereira de Oliveira Caldeira. O **Presidente da Mesa** começou por informar que pediram a sua substituição os seguintes membros: Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, Rodolfo Ribeiro, Simão Oliveira Fernandes e Rosinda Alexandre Martins Triguinho, todos eleitos pela Coligação PCP-PEV, Cláudia Sofia Pereira Castro, Maria Mercedes Mendez y Pardo, António Sousa Abreu e Filipa Sofia Guedes Faria, todos eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”, Ricardo Jorge Lobo Matos Soares Fernandes, eleito pelo PSD/PPD e Luís Alberto Castro Lopes de Vasconcelos, eleito pelo PS. Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum com a presença de quarenta e oito membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

- Voto de Congratulação pela eleição como deputados à Assembleia da República, aos Fafenses Maria Clara Gonçalves Marques Mendes e Pompeu Miguel Martins, subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS, PPD/PSD, JRPFS e Chega, tendo se procedido à sua leitura. Colocado à votação, foi **aprovada, por maioria, com uma abstenção.**-----

- Moção sobre o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, apresentado pela Coligação PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura Alexandre Dias Leite. Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----

- Moção sobre a anulação da abertura de concursos para a pesquisa e prospeção de lítio, apresentado pelo PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura Alexandre Dias Leite.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Armando Salgado Santos, eleito pelo PS**, para dizer que o PS entendia que não se podia sobrepor o interesse nacional ao interesse local, pelo que se devia aguardar pelo resultado do processo de prospeção, para se avaliar se



existia lítio suficiente para que fosse explorado ou não, pelo que eram contra essa moção.-----

-----Solicitou, também, a palavra **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PPD/PSD**, para dizer que este assunto se estava a tornar altamente político e que o PSD tinha, durante a semana, tomado uma posição não vinculativa, mas informativa. Considerava que existia uma desinformação sobre o que era o lítio e o seu processo de exploração. Referiu que, o PSD tinha colocado à disposição da população um técnico com mais de 40 anos de experiência na área e muitas tinham sido as pessoas que manifestaram a sua preocupação. Referiu, ainda, que era importante o Município estar atento aos sinais, e ir acompanhando, não deixando este assunto nas mãos do Estado e das empresas. Por fim, disse esperar que o Executivo desenvolvesse sessões de esclarecimento de modo a que a população ficasse mais clarificada, e que por tudo o atrás referido, o voto do PPD/PSD será contra.-----

-----Foi dada a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela Coligação PCP/PEV**, para sublinhar que aparentemente pelas declarações feitas pelo PS e pelo PSD, concordavam basicamente no sentido de que era preciso parar e analisar melhor. Assegurar que o dinheiro fique no concelho, pelo que faltava dar o passo e dizer que o concurso ainda não tinha sido aberto e devia ser interrompido. Pelo que não via mal nenhum em comunicar essa decisão ao Governo. Também, solicitar que as Juntas de Freguesias, Câmaras Municipais e populações Locais estivessem envolvidas no assunto.

-----Solicitou, também, a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** para referir que a prospeção ainda não tinha começado e que a Europa devia ser dos locais do mundo onde mais legislação existia relativamente a explorações mineiras. Disse, ainda, que existiam no nosso país, zonas que tinham mais valias pelo facto de lá existirem explorações desse tipo, Vila Pouca de Aguiar, era um exemplo, que utilizava a mesma para fins turísticos. Por isso, considerou, que se realmente viesse a constatar se existir uma mais valia, não via razão para que o processo não avançasse. Entendia deviam estar atentos, tendo o Presidente da Câmara já reunido várias vezes sobre este assunto. Realçou a atividade desenvolvida pelo PSD, tendo sido muito benéfica para a população.-----



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

-----Solicitou, novamente, a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela Coligação PCP/PEV**, para reler a sua moção e tecer alguns comentários acerca da legislação existente, nomeadamente na falta de recursos humanos para a fiscalização do seu cumprimento.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **rejeitada por maioria, com 42 votos contra, 2 votos a favor e 4 abstenções**.-----

- Moção Mártires do Fascismo, apresentado pelo PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura Alexandre Dias Leite.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada, por maioria, com 23 abstenções**.-----

- Voto de Solidariedade com o Povo Ucrâniano, tendo procedido à sua leitura Nuno Vasco Moreira Lopes.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Seguiu-se o **período de intervenções**.-----

-----Usou da palavra **Sofia Daniela Rodrigues Pereira, eleita pelo PPD/PSD**, para dizer que a sua intervenção tinha a ver com o facto do Presidente da Câmara, na última reunião de executivo, ter colocado para consulta dos Vereadores o inquérito referente ao concerto do Carlos Pires, no entanto o seu conteúdo não deveria ser tornado público. Teceu vários comentários políticos. Referiu que o PSD não aceitava esse secretismo quando o Presidente da Câmara alegava existir um despacho elaborado à data, pelo anterior Presidente, que sugeria a reserva pública das conclusões apuradas nesse inquérito e, que, por uma questão de lealdade e cordialidade com Raul Cunha devia manter-se tudo em segredo. Como o argumento de que tinha sido o próprio Ministério Público a solicitar o seu sigilo até que a ação estivesse terminada. Continuou a sua intervenção referindo que no passado, este argumento nunca tinha sido dado a conhecer pelo Presidente anterior. Prosseguiu, dizendo que as suas posições eram feitas de atitudes honestas e não de palavras que se esvaziavam por falta de ações sinceras, jamais concordariam em manter os cidadãos de Fafe na ignorância ou de lhes negar um direito que lhes assistia, por isso tinham tomado a decisão de não consultar o que tinha sido apurado pelo inquérito municipal, até que o mesmo esteja disponível



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

para consulta aberta para todos os Fafenses. Reforçou que esse inquérito, pela sua natureza, estava revestido pelo interesse público e como tal tinha de estar disponível a todos. Terminou, garantindo que o PSD só aos Fafenses devia lealdade, e que, a transparência não era uma palavra que se prometia, mas uma ação que se praticava.-----

-----Usou da palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, que começou por colocar uma questão ao Presidente da Mesa acerca da falta do ponto para intervenção do público na convocatória. Prosseguiu, sugerindo ao Executivo a criação de um verdadeiro cartaz cultural e, a seu ver, desportivo também, apesar de já existirem não eram muito divulgados e, se o fossem, potenciavam e motivavam os Fafenses a uma maior participação nessas atividades. Prosseguiu, dizendo que, pela primeira vez, tinha ido assistir a um filme na Sala Manuel Oliveira, a um domingo à noite, e que estavam seis pessoas dentro da sala, considerava que não era, certamente, pelo custo do bilhete que era irrisório, e nesse aspeto felicitava o Executivo por os preços serem bastante apelativos, no entanto, entendia que os eventos eram pouco divulgados e que facilmente, se poderia resolver essa lacuna, através dos meios que a Autarquia dispunha. Relativamente ao evento cultural que tinha decorrido no passado fim de semana no Ciné Teatro, a peça “Insónia”, com o ator Fernando Mendes sabia, de fonte segura, que aquando da divulgação do cartaz, no site da Câmara e nas redes sociais, diversas pessoas se tinham dirigido ao Posto de Turismo para adquirir bilhetes, tendo lhe sido dito que estavam com problemas na tipografia e que não tinha sido possível a impressão dos bilhetes. Referiu que até uma reclamação tinha sido feita no respetivo livro. Neste momento, com a criação da parceria com a Ticketline, este problema não voltaria a acontecer. Teceu alguns comentários políticos.-----

-----Usou da palavra **Pedro Nuno Basto Freitas, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que de acordo com o anuário financeiro, recentemente divulgado, o único ranking onde Fafe aparecia era o 32º lugar dos municípios com maior volume de despesa paga em transferências correntes. Referiu que não lhe parecia uma boa notícia, para além de que todos os outros itens terem-se agravados com a gestão anterior. Considerou que não era o melhor exemplo



*[Handwritten signatures in blue ink]*

de boa gestão financeira de uma câmara, e que confirmava aquilo que, várias vezes, tinham chamado à atenção ao anterior executivo e que agora, cabia ao novo Presidente da Câmara recolocar as contas no bom caminho. Colocou diversas questões relacionadas com o Cemitério Municipal, como saber se ele pertencia à Junta de Freguesia de Fafe ou à Câmara, ou às duas. Solicitou esclarecimentos sobre o aumento dos preços do aluguer dos gavetões que tinha passado de 100€ para 500€, sem conhecimento prévio dos Agentes Funerários. Por fim, questionou o Presidente da Câmara acerca da plataforma digital de gestão do cemitério que não funcionava à cerca de 2 anos, que era uma ferramenta importante. E quis saber a mesma tinha sido alvo de um ataque informático. -----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Ricardo Jorge Alves Fernandes, eleito pelo PS**, para saudar o Executivo pela assinatura do protocolo com a Altice para melhoria das infraestruturas de telecomunicações no concelho. Referiu que o mesmo irá permitir uma cobertura de rede em cerca 99 % da população e também, o acesso a rede de fibra ótica a cerca de 95% da mesma. Considerou que, era um passo importante para o concelho, nomeadamente, no que dizia respeito a transição digital, pelo que solicitou ao Presidente da Câmara mais informação acerca desse protocolo.-----

-----Usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** que iniciou a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara se estava para breve a passagem do Edifício do Santo para a Junta de Freguesia de Fafe. Sugeriu, ainda, que os Serviços verificassem as árvores em falta no Recinto da Feira. Continuou a sua intervenção, informando que lhe tinham chegado reclamações/queixas acerca da sinalética no Parque da Cidade e nos Passadiços de Queimadela. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o falta de energia elétrica no Estádio Municipal do Fafe, quando estava a decorrer um jogo de futebol, tendo que ser retomado, apenas, no dia seguinte. Por fim, abordou a questão do inquérito ao Concerto do Carlos Pires que, no mandato anterior, tinha várias vezes interpelado o anterior Presidente da Câmara acerca do mesmo. Referiu que tinha solicitado ao Presidente da Câmara, à data, para que o referido inquérito se tornasse público, tendo-lhe sido dadas sempre justificações, a última das quais, tinha sido que o inquérito iria aguardar o desenvolvimento do Ministério Público e que só depois da sua



conclusão o mesmo poderia ser divulgado, o que, na sua opinião não fazia sentido. Face ao referido pela Deputada do PSD, solicitou que, enquanto membro da Assembleia Municipal, lhe fosse facultado o inquérito de modo a poder consultá-lo.-----

-----De seguida, usou da palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que os inquéritos internos da Câmara não tinham o mesmo peso do que um inquérito levado a efeito pelo Ministério Público, pelo que este último iria sempre sobrepor-se ao inquérito interno. Prosseguiu a sua intervenção, tecendo alguns comentários acerca das intervenções anteriores. Congratulou-se pela parceria feita com a Ticketline.-----

-----Solicitou novamente a palavra, **Alexandre Dias Leite, eleito pela Coligação PCP/PEV** para solicitar esclarecimentos sobre o que se tinha passado com a árvore que estava no Pavilhão Municipal. Prosseguiu dizendo, que nos termos da legislação, era necessário a elaboração do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo, que teria de ser aprovado na próxima sessão da Assembleia, pelo que gostaria de saber qual o ponto da situação.-----

-----De seguida, usou da palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para responder à intervenção do Deputado Armindo Fernandes, tecendo alguns comentários sobre a mesma.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para dizer que não havia qualquer impedimento da Mesa para que, na convocatória, constasse o período de intervenção do público, pese embora o mesmo, estar previsto no Regimento e na Lei. Esclareceu que se tinham optado por seguir a tradição que, era de muitos anos, em que se entendia que não era necessário constar na mesma. De seguida, deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Relativamente à questão do lítio, referiu que partilhava as preocupações levantadas. Entendia, também, que havia muita desinformação sobre essa matéria e que a Câmara estava disponível, quando e como, a Assembleia o entendesse de trazer entendidos, nomeadamente, aqueles que procederam ao estudo do impacto ambiental, para prestar esclarecimentos. Na reunião que tinha tido com o Senhor Ministro do Ambiente já o tinha solicitado e tinha sido acolhido;-----



- Sobre o inquérito ao Concerto do Carlos Pires, informou que não tinha tido a curiosidade de ler o inquérito que tinha sido aberto no mandato anterior, mas tendo sido instado na Reunião de Câmara e, também, na Assembleia, tinha acabado por ler. Tinha a dizer que a Câmara tinha sido célere tanto, na abertura do inquérito como, na elaboração do relatório. Quando o relatório tinha sido remetido ao Presidente de Câmara, à data, e tendo tido conhecimento que no Ministério Público, também, estava a decorrer um processo sobre o mesmo assunto. Entendeu, a seu ver bem, remeter-lhe uma cópia do relatório da Câmara e questionar o Ministério Público se a divulgação do mesmo poderia interferir no seu processo, tendo o mesmo referido que a sua divulgação ou publicitação em nada interferia no processo. Nessa altura, o Presidente da Câmara achou por bem não se publicitar dado que se encontrava a decorrer uma investigação no Ministério Público. Atendendo a esse facto, não revogou o despacho e não tornou público o relatório, mas como o tinha lido, achava que todos os Vereadores, também, tinham o mesmo direito, pelo que colocou o a disposição de todos que o pretendesse ler.-----

- Relativamente à publicitação dos eventos, esclareceu que tinha havido uma melhoria, e que a tendo a Ticketline dava uma maior transparência na venda dos bilhetes. No entanto informou que pretendia criar uma agenda cultural que, para além de divulgar os eventos da Câmara, divulgaria também os das Juntas;-----

- Sobre o Protocolo com a Altice, referiu que o mesmo colocava o concelho, em termos de cobertura de rede móvel, numa situação muito confortável, para mais, tarde poder acolher a cobertura 5G que era muito importante para as empresas desenvolver as suas atividades;-----

- Relativamente a nova sede da Junta de Freguesia de Fafe, esperava que em outubro já estivessem no novo espaço;-----

- Quanto à falta de árvores no recinto da Feira, informou que a situação já tinha sido reportada à firma responsável;-----

- Sobre a sinalética, já tinha tido conhecimento de que motas e bicicletas tinham transitado nos passadiços, pelo que se iriam mandar colocar a respetiva sinalização;-----

- Relativamente ao Estádio Municipal, informou que existia a falta de um PT que a Câmara iria assumir, o projecto estava feito e a sua colocação no Estádio iria demorar,



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

cerca de 3 a 4 meses. No entanto, esclareceu que a colocação do mesmo, não inibia que pudesse voltar a acontecer uma situação semelhante, e que a Associação Desportiva de Fafe deveria ter um gerador. Prosseguiu, dizendo que a Câmara iria assumir a intervenção na entrada para o Campo principal;-----

- Por fim, informou que o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo estava a ser elaborado e que, brevemente, seria remetido à Assembleia;-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que, uma vez que tinha sido diretamente interpelado, sobre o inquérito do Carlos Pires, queria esclarecer que as razões que o levaram a que se aguardasse pelo fim do inquérito judicial do Ministério Público, se prendiam apenas e exclusivamente com questões jurídicas.-----

-----Colocou à consideração da Assembleia, a pedido da Câmara, a inclusão na ordem de trabalhos de um ponto referente a apreciação e votação da proposta – Decreto Lei 23/2022, de 14 de fevereiro que prorrogava o prazo de transferência das competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais no domínio da ação social, passando a ser o ponto 2.7. Colocou, a mesma à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.-----

-----Entrou-se no **Período da ORDEM DO DIA**.-----

-----**Ponto dois ponto um** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento**.-----

-----**Ponto dois ponto dois** - Apreciação e votação da Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA) – Exercício de 2022.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que a proposta agilizava muito as contas e, como era referido na proposta, não se deixava, internamente de fazer os cálculos dos fundos disponíveis.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a proposta a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

-----**Ponto dois ponto três** - Apreciação das Declarações a que se refere o nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei 22/15, de 17 de março. -----



-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que estas declarações decorriam da lei.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----**Ponto dois ponto quatro** - Apreciação e Votação da 2ª Alteração Orçamental - 1ª Alteração Modificativa (Revisão) 2022.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que esta Revisão decorria da necessidade de alterar as rubricas da receita e da despesa. Basicamente era para incorporar o saldo orçamental que tinha sido de 5. 600 milhões, e a antecipação, por via do empréstimo contraído, para a expropriação da Zona Industrial de Regadas, que estava prevista a sua repartição pelos anos de 2022 e 2023, uma vez que entendiam que devia concentrar todo o valor do empréstimo no ano de 2022, porque era intenção do Executivo concluir este processo durante este ano. Prosseguiu, dizendo que ainda não havia Orçamento do Estado, pelo que não havia clareza total quanto às verbas que viriam a ser transferidas, pelo que, provavelmente, na sessão de abril, poderia vir outra revisão. Estavam prevista para este ano, uma série de obras, a saber:-

- O antigo Armazém da Estação, Espaço Memória, a obra estava em avançado estado de conclusão estando a sua conclusão prevista para meados de junho;-----
- O Centro Municipal de Proteção Civil, tinha sido antecipada a sua conclusão, para este ano, reforçando se a rubrica de modo que houvesse só uma fase;-----
- O Pavilhão da Escola Carlos Teixeira já tinha sido adjudicado;-----
- Na Cumieira, faltava fazer a parte da reabilitação das lojas e de alguns apartamentos que não estavam contemplados e, também, a construção de um ringue desportivo que pretendiam executar;-----
- O Centro Oficial de Recolha Animal, embora com uma participação reduzida,-----
- As obras na Escola do Santo, como já tinha referido, bem como a substituição da cobertura da Escola de Fieis de Deus que, ainda, era de amianto;-----
- As obras, já referidas, no Parque da Cidade; -----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

- As obras da Rua António Cândido, Rua João Crisóstomo, Rua Prof. Oliveira Frade e Rua António Sérgio, que perfaziam um investimento de cerca de 1 milhão de euros;-----
- Requalificação da Avenida da Liberdade, junto às escolas, de modo a melhorar o trânsito;-----
- Requalificação da Rua Amália Rodrigues;-----
- A requalificação da Praça da Justiça, nas traseiras do Tribunal, de modo a dignificar a estátua da Justiça de Fafe;-----
- Relativamente à Zona Industrial de Regadas, era intenção proceder às expropriações necessárias;-----
- Irá, também, proceder-se à melhoria da via entre a EN 206 até ao Nó de Arões;-----
- Sobre a ampliação do Cemitério Municipal, já tinha sido iniciado o processo para aquisição dos respetivos terrenos;-----
- Relativamente ao saneamento, para os anos de 2022 e 2023 tinha sido apresentada uma candidatura para investimento nessa área, na ordem dos 2 milhões, que serão investido em 9 freguesias do concelho estando-se, apenas, a aguardar a aprovação da mesma que, irá permitir a limpeza das margens ao longo dos rios, tornando as circuláveis;-----
- Serão celebrados os habituais Protocolos com as Juntas de Freguesia, os mesmos serão plurianuais, ou seja para o mandato;-----
- Relativamente, à Escola Secundária de Fafe, iam ser executados os cobertos que faltavam e o elevador;-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela Coligação PCP/PEV**, para dizer que era necessário fazer escolhas uma vez que o orçamento não chegava para tudo. No entanto, na sua opinião, as opções da Câmara eram sempre as mesmas. Teceu vários comentários acerca da distribuição do saldo de gerência, nomeadamente, ao recurso de serviços externos que poderiam ser evitados, com a valorização da formação dos trabalhadores do Município, reforçando a verba que lhe estava destinada que, na sua opinião e atendendo ao número de funcionários era claramente insuficiente, de modo a habilitar os mesmos a puder realizar as tarefas relativas a



grande parte dos serviços que eram contratados. Teceu, também, alguns comentários sobre a execução da viação rural prevista em orçamento. Relativamente a proteção ambiental, referiu que havia um redução de 600 mil euros, pelo que considerava que esta alteração era mais uma oportunidade perdida para investir onde realmente era necessário, por exemplo na garantia, da oferta pública de rede de educação pré-escolar com a criação de creches públicas. Referiu, ainda, que não era desta que Fafe ficava dotado de instalações para proceder a esterilização dos animais, no Centro Oficial de Recolha Animal. Também, na sua opinião, era mais uma oportunidade perdida para construir uma residencial universitária no concelho, para os estudantes ou professores de fora do concelho. Por fim, referiu que, atendendo a que se prosseguiam as opções do passado, iam votar contra.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos acerca da intervenção anterior.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com dois votos contra e onze abstenções**.-----

-----**Ponto dois ponto cinco** - Apreciação e Votação da Proposta de Revogação do Regulamento Municipal de Habitação.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que existia um Regulamento aprovado por esta Assembleia em 2013, entretanto, tinha entrado em vigor nova legislação que aprovava o Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação e regulava a atribuição de habitações, pelo que tinha revogado o Regulamento em vigor e, face aos diferentes pareceres jurídicos, entendeu-se que o mesmo devia ser revogado pela Assembleia Municipal. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade**.-----

-----**Ponto dois ponto seis** - Apreciação da informação jurídica remetida pela Câmara sobre o Código de Conduta.-----

-----Usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que se podia solicitar à Associação



Nacional das Assembleias Municipais se tinham algum regulamento sobre este assunto para que se pudesse apreciar mais tarde.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para dizer que tinha sido eleito para a Direção da ANAM, tinham reunião em março pelo que iria colocar esta questão.-----

-----Solicitou a palavra **Ânia Maria Magalhães Teixeira, eleita pelo PPD/PSD**, para dizer que o Código de Conduta decorria da Lei 52/2019, na sequência do branqueamento de capitais, da transparência, do combate à corrupção, pelo que entendia que era importante, também, existir um Código de Conduta nesta Assembleia. Existiam duas questões que entendia serem pertinentes. A primeira questão tinha haver com o facto da Lei 52/2019, no seu artigo 26º, dizer que a mesma entrava em vigor no 1º dia da XIV Legislatura da Assembleia da República, ou seja estavam a falar do Governo anterior, pelo que, tinha entrada em vigor no dia 25 de outubro de 2019 e, uma vez, que os documentos distribuídos tinham datas antigas, questionou a razão pela qual de só agora ser remetido a esta Assembleia. A segunda questão prendia se com o artigo 7º, numero 3 do Código de Conduta apresentado, que refere que cabia ao Presidente da Câmara constituir uma comissão composta por três membros para apreciação do destino final para as ofertas, pelo que, pretendia saber quais iriam ser os critérios para designação desses elementos.-----

-----***A Assembleia Municipal tomou conhecimento.***-----

-----**Ponto dois ponto sete** - Apreciação e votação da proposta – Decreto Lei 23/2022, de 14 de fevereiro que prorroga o prazo de transferência das competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais no domínio da ação social.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que estavam disponíveis para aceitar todas as transferências, mas no que dizia respeito à saúde, educação e ação social, pela sua complexidade, criavam muitas dificuldades aos Municípios e, tendo os Serviços Jurídicos avaliado, terem dito que não haviam condições para aceitar essas competências já, pelo que esse adiamento justificava-se.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer, em primeiro lugar, que esse processo de descentralização administrativa feito pelo Governo era uma lástima, tinha



ficado atarantado como a perspectiva do futuro Governo que era de primeiro descentralização e depois regionalizar. Teceu vários comentários políticos. Em segundo lugar, considerava que o Governo não devia colocar e pressionar quer à Câmara, quer a Assembleia, a em três ou quatro dias, aprovar a proposta apresentada. Referiu, que o Governo deveria assumir a sua responsabilidade, no entanto era óbvio que aprovavam a proposta.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela Coligação PCP/PEV**, para tecer alguns comentários acerca da intervenção do Deputado José Ribeiro, com a qual concordava na sua generalidade. Prosseguiu, dizendo que este processo tinha sido desenvolvido sem condições adequadas e mal preparado. Referiu que um processo de descentralização seriamente desenvolvido implicaria a observação da organização administrativa do Estado como um todo e não de forma parcelar, como se verificava neste processo. Implicaria, também, poder de execução, de decisão, de planeamento e programação, entre outros. Não era conhecida a realização de algum estudo relativamente a essa transferência de competências tal como, também, não se conhecia qualquer avaliação rigorosa do impacto das referidas transferências para as Autarquias, a nível financeiro, técnico, recursos humanos e organizacionais. Prosseguiu dizendo que, da legislação aprovada não se vislumbrava a garantia da transferência dos meios adequados, havia uma total desresponsabilização por parte do Governo e confirmava a consagração do subfinanciamento do poder local. Apenas eram transferidas competências de mera execução, corroendo ainda mais a autonomia do poder local, pelo que defendia uma maior autonomia do mesmo e não uma mera execução. A concorrer com tudo o que já tinha sido referido, não existia qualquer garantia legal de que tais competências viessem acompanhadas dos respetivos meios financeiros, pelo que primeiro deveria iniciar-se um processo sério de descentralização, inseparável da famosa regionalização, a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações, recuperar a capacidade financeira dos municípios e sua plena autonomia. Disse, ainda que era necessário identificar, no domínio das transferências as que se adequavam ao nível local, sem comprometer direitos e funções sociais do estado universal. Assim, mesmo desconhecendo as razões



de fundo que levaram a essa tomada de posição, concordavam com a proposta de não aceitação das transferências.-----

-----Colocada a votação foi **aprovada a proposta, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Foram colocadas à votação a ata da sessão ordinária de 26/11/2021 e a ata da sessão extraordinária de 30/12/2021, tendo sido **aprovadas, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Usou da Palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela Coligação PCP/PEV**, tecendo críticas à elaboração das atas por apresentarem muitas gralhas tendo inclusivamente referido que as posições políticas do PCP eram truncadas e minorizadas, o que não acontecia com as posições da Câmara.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que todas as intervenções escritas passarão a fazer parte integrante das atas.-----

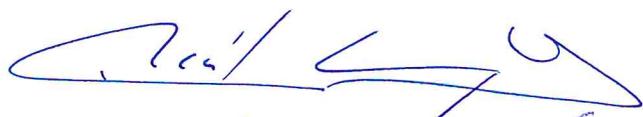
-----Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Foi dado a palavra ao publico, não havendo intervenções.-----

-----As intervenções do deputado **Alexandre Dias Leite, eleito pela Coligação PCP/PEV** ficam anexas à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e um horas, do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois.-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

  
M. Luís  
Presidente da Mesa

## 2.4 - Apreciação e votação da 2ª Alteração Orçamental - 1ª Alteração Modificativa (Revisão) 2022

Sabemos que nunca há dinheiro para tudo e que obviamente têm de ser feitas escolhas. Temos de decidir onde investir os recursos ao dispor da Câmara, para conseguir atingir os objetivos que se considerem essenciais.

A questão que se coloca neste momento é: o que fazer com os extra 5 milhões e 600 mil recuperados do saldo do ano anterior?

E a opção que a Câmara faz é a de investir

- 1) + 731 mil para aquisição de serviços
- 2) + 156 mil para contratação de pessoal
- 3) + 1 milhão para Acordos de Excução com Freguesias
- 4) + 700 mil para subsídios a instituições
- 4) + 265 mil para "outros trabalhos especializados"
- 5) + 2 milhões para investimentos
- 6) + 475 em "viação rural"
- 7) + 475 em beneficiação da rede viária da cidade

1) Dissemos há dois meses, na apresentação do Orçamento que se verificava, por parte do executivo, o recurso sistemático ao fornecimento de serviços externos. Defendemos que devem ser tomadas medidas de efetiva contenção desta despesa, que pode ser evitada, designadamente valorizando a formação dos trabalhadores do Município, reforçando a verba que lhe está destinada que, na nossa opinião, atento o número de trabalhadores em funções, é claramente insuficiente para uma valorização séria e de qualidade, designadamente habilitando-os a realizar as tarefas relativas a grande parte dos serviços contratados. A curto/médio prazo poupar-se -á muito nos ajustes diretos. Causa-nos, por isso, estranheza acrescentar-se mais 700 mil euros à aquisição de serviços passando a termos mais de 4 milhões gastos nesta rubrica. 10% do Orçamento é para aquisição de serviços.

4) Mais 700 mil para subsídios a instituições? Somando agora 2 milhões!

6) e 7) Nós valorizamos o investimento de 800 mil agora previsto para este ano em melhoria de viação rural. Mas a esmola é tanta que temos de perguntar: a Câmara pretende mesmo gastar 800 mil euros em viação rural durante o ano de 2022? Aproximadamente o mesmo valor está previsto para as ruas situadas na freguesia de Fafe. Podemos desconfiar que a execução desta receita será muito superior à execução da rede viária rural?

Plano Atividades Municipal + 1 milhão e 640 mil

5) Uma incrível redução de 600 mil euros para a proteção ambiental  
Em dezembro passado, na apresentação do Orçamento, tínhamos elogiado a reabilitação da rede hidrográfica... agora a Câmara decide retirar a essa rubrica mais de meio milhão de euros!

Mais uma oportunidade perdida para investir na garantia de universalização da oferta pública da rede de educação pré-escolar faltando dar o impulso, que estes milhões permitiam dar, à criação de uma rede de creches públicas.

Mais uma oportunidade perdida no respeito para melhoria do bem-estar e sanidade animal com a apresentação de uma redução da verba disponível para o CRO. Ainda não é desta que o Canil Municipal é dotado de meios para a esterilização e tratamento dos animais!

Mais uma oportunidade perdida para promover a construção de uma residência universitária no concelho, destinada a estudantes universitários, do secundário e para professores deslocados, que assim teriam um local com uma renda acessível para pagar.

Dissemos há dois meses, na apresentação do Orçamento que se verificava, por parte do executivo, o recurso sistemático ao fornecimento de serviços externos. Defendemos que devem ser tomadas medidas de efetiva contenção desta despesa, que pode ser evitada, designadamente valorizando a formação dos trabalhadores do Município, reforçando a verba que lhe está destinada que, na nossa opinião, atento o número de trabalhadores em funções, é claramente insuficiente para uma valorização séria e de qualidade, designadamente habilitando-os a realizar as tarefas relativas a grande parte dos serviços contratados. A curto/médio prazo poupar-se -á muito nos ajustes diretos.

Mais uma oportunidade perdida para iniciarmos a construção de um Mercado Municipal.

Obviamente, prosseguem as opções políticas do passado e obviamente temos de votar contra.

O processo legislativo da transferência de competências para as autarquias locais foi desenvolvido sem condições adequadas e mal preparado.

Um processo de descentralização seriamente desenvolvido implicaria a observação da organização administrativa do Estado como um todo e não de forma parcelar como se verifica em todo este processo.

Um processo de descentralização implica poder de execução, de decisão, de planeamento de programação entre outros.

Não se conhece a realização de algum estudo que fundamente esta transferência de competências, tal como também não se conhece qualquer avaliação rigorosa do impacto das referidas transferências para as autarquias ao nível financeiro, técnico, de recursos humanos e organizacionais.

Da legislação aprovada não se vislumbra a garantia da transferência dos meios adequados para a transferência de competências.

Há, por parte do Governo, uma inaceitável desresponsabilização, que ao proceder deste modo, transfere encargos da sua responsabilidade para as autarquias e confirma a consagração do sub-financiamento do poder local.

Como se constata, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas competências de mera execução, corroendo, ainda mais, a autonomia do poder local, esta por nós defendida.

A concorrer com tudo o que já referimos, temos ainda a ausência de qualquer garantia legal de tais competências virem acompanhadas dos respetivos meios financeiros.

Para nós, antes de qualquer transferência de competências, terá de se iniciar um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das Regiões Administrativas; da reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações; da recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia. Terá ainda de se identificar, no domínio das transferências, aquelas que se adequam ao nível local, sem comprometer direitos e funções sociais do Estado universais, que sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não um pretexto para a desresponsabilização do Estado por via do subfinanciamento que o atual processo institucionaliza”.

Assim, mesmo desconhecendo as razões de fundo que a levaram a esta tomada de posição, apesar de serem afloradas algumas, tais como a questão dos recursos humanos e financeiros, concorda-se com a proposta de não aceitação.

## Votação atas

Constata-se que nas atas em votação várias partes das intervenções da eleita pelo PCP foram truncadas.

As Assembleias são gravadas e as intervenções foram remetidas por e-mail, pelo que não se percebe que aí não constem na íntegra.

Apesar da Lei referir (Art.º 57.º) que “de cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado”, não se entende que tipo de resumo foi feito, quem o fez e que critérios utilizou para fazer os referidos truncamentos?

Aliás, o que se verifica é que sempre que na intervenção da eleita pelo PCP existe um pensamento crítico ou ideológico, essa parte foi retirada como se pode verificar nas abordagens que fazemos no que aos serviços públicos diz respeito, designadamente quando nos referimos ao Tribunal de Fafe, aos transportes públicos, ao tratamento de resíduos, à recolha do lixo, às cantinas públicas, à contratação de funcionários, em vez de ajustes diretos feitos para a prestação de serviços (ex. salas de aulas do futuro), à criação de regulamentos para a “Press Release”, às questões relacionadas com a fixação de taxas ou participação em impostos, ou até quando citamos exemplos concretos que nos parecem pertinentes para melhor demonstrar o porquê da nossa posição em determinadas matérias.

Além disso, a ata de dezembro mostra-se confusa, com inúmeras gralhas, as quais terão de ser corrigidas.

Assim, face ao exposto, a fim de serem inseridas nas atas, na íntegra, as respetivas intervenções da eleita pelo PCP, e para que a ata de dezembro possa ser corrigida, solicita-se o adiamento desta votação.